

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – A ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO COMO NÚCLEO DO DIREITO FINANCEIRO: O BALANÇO ENTRE RECEITAS E DESPESAS.....	3
1.1 Introdução.....	3
1.2 Breve contextualização histórica: das finanças públicas ao isolamento conceitual do direito tributário	4
1.3 Atividade financeira, poder de tributar e manutenção do Estado	13
1.4 Os princípios de direito financeiro	19
1.4.1 Legalidade	19
1.4.2 Economicidade.....	28
1.4.3 Transparência	29
1.4.3.1 Orçamento secreto e as emendas do relator	32
1.4.3.2 Despesas públicas focais e o orçamento sensível a gênero	35
1.4.4 Responsabilidade fiscal	39
1.5 A disciplina normativa do direito financeiro	39
1.5.1 Esquema – Evolução da sistematização do direito financeiro	41
1.5.2 Estrutura básica do direito financeiro.....	41
CAPÍTULO 2 – PRIMEIRO PASSO NO DETALHAMENTO DA ATIVIDADE FINANCEIRA: O ESTUDO DO ORÇAMENTO PÚBLICO	43
2.1 Princípios orçamentários	43
2.1.1 O princípio da exclusividade.....	44
2.1.2 O princípio da universalidade.....	45
2.1.3 O princípio da unidade	46
2.1.4 O princípio da anualidade	49
2.1.5 O princípio da programação	49
2.1.6 O princípio do equilíbrio orçamentário	51

2.1.6.1	Esquema – Princípios orçamentários.....	53
2.2	As leis orçamentárias	53
2.2.1	Aspectos gerais: características e tramitação no Poder Legislativo	53
2.2.1.1	Esquema – Leis orçamentárias	59
2.2.2	As leis orçamentárias podem ser objeto de controle concentrado de constitucionalidade?	61
2.2.2.1	Esquema – Cronologia do entendimento do STF. Controle abstrato das leis orçamentárias	64
2.2.3	A natureza do orçamento: impositiva ou facultativa?.....	64
2.2.4	Plano Plurianual – PPA.....	72
2.2.5	Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.....	73
2.2.6	Lei Orçamentária Anual – LOA.....	78
2.2.7	Esquemas sobre as leis orçamentárias.....	81
2.2.7.1	Esquema – Leis orçamentárias	81
2.2.7.2	Esquema – Lei de Diretrizes Orçamentárias em detalhe	82
2.2.7.3	Esquema – Lei Orçamentária Anual em detalhe	84
2.2.8	As vedações orçamentárias.....	84
2.2.8.1	Esquemas – Vedações orçamentárias. Art. 167, CR.....	90
2.2.9	O embate entre recursos orçamentários e prestação de políticas públicas	91
2.2.10	Execução orçamentária	94
2.2.10.1	Esquema – Execução orçamentária	98

CAPÍTULO 3 – SEGUNDO PASSO NO DETALHAMENTO DA ATIVIDADE FINANCEIRA: A COMPREENSÃO DA DISCIPLINA DAS RECEITAS E DESPESAS PÚBLICAS	103	
3.1	Receitas públicas: definição e classificação	103
3.1.1	Classificação das receitas de acordo com a origem: originárias, derivadas e transferidas	105
3.1.2	Classificação das receitas de acordo com o motivo de entrada: receitas correntes e receitas de capital.....	111
3.2	As receitas públicas na disciplina da Lei de Responsabilidade Fiscal ...	113
3.2.1	Previsão e arrecadação das receitas públicas: artigos 11 a 13 da LRF	113
3.2.2	Renúncia de receita: artigo 14 da LRF	117
3.2.2.1	Esquema – Renúncia de receitas.....	131

3.3	Despesas públicas: definição e classificação	131
3.3.1	A abertura de crédito adicional como requisito ao cumprimento da legalidade na realização de despesas públicas	132
3.3.2	Classificação das despesas de acordo com o motivo do dispêndio: despesas correntes e despesas de capital.....	137
3.4	As despesas vinculadas e obrigatórias na Constituição da República	139
3.5	O novo regime fiscal criado pela EC 95/2016 e alterações posteriores.....	144
3.6	As despesas públicas na disciplina da Lei de Responsabilidade Fiscal: artigos 15 a 24	151
3.7	As regras gerais dos artigos 15, 16 e 17 da LRF.....	151
3.7.1	Esquema – Despesas na Lei de Responsabilidade Fiscal. Regras gerais.....	156
3.8	As despesas com pessoal: artigos 18 a 23	157
3.8.1	O que é “despesa com pessoal”?.....	157
3.8.2	Os limites de gasto com pessoal.....	158
3.8.3	Estabelecidos os limites, como controlar?	161
3.8.4	Esquemas – Despesas com pessoal.....	166
3.8.4.1	Esquema – Despesas com pessoal	166
3.8.4.2	Esquema – Condições para a criação e/ou aumento da despesa com pessoal.....	167
3.8.4.3	Esquema – O controle na prática: periodicidade, providências e sanções.....	167
3.9	Despesas com a Seguridade Social.....	169
3.10	Esquema – Despesas com a Seguridade Social	170
3.11	Esquema – Receitas e despesas	171

CAPÍTULO 4 – ENTRE RECEITAS E DESPESAS: A QUESTÃO DO ENDEVIDAMENTO PÚBLICO.....	175
4.1 Dívida pública: definições.....	176
4.1.1 Esquema – Dívida pública. Definições	179
4.2 Dívida pública nacional: composição e quadro atual.....	179
4.3 Limites de endividamento, controle e providências em caso de excesso	181
4.3.1 Limites de endividamento: disciplina normativa	181
4.3.2 Controle e sanções: superação dos limites por Estados, Distrito Federal e Municípios.....	185
4.3.3 Esquemas – Dívida pública. Limites de endividamento, controle e providências em caso de excesso	189

4.4	Condições para a contratação das operações de crédito.....	191
4.4.1	Esquema – Operações com instituições financeiras. Destaques importantes.....	194
4.5	Outras restrições às operações de crédito: as vedações dos artigos 34 a 37 da LRF.....	194
4.6	Pedaladas fiscais no processo de <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff: artigos 35 e 36 da LRF.....	198
4.7	As modalidades de operações de crédito: emissão de títulos da dívida pública e antecipação de receita orçamentária.....	199
4.7.1	Emissão de títulos da dívida pública.....	200
4.7.2	Antecipação de receita orçamentária.....	203
4.8	As garantias nas operações de crédito.....	204
4.9	Crise econômica de 2014: Calamidade financeira nos Estados, o Programa de Recuperação Fiscal dos Estados da LC 159/2017 e o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal da LC 178/2021.....	208
4.10	Pandemia de covid-19, calamidade pública e medidas fiscais correlatas.....	212
CAPÍTULO 5 – PRECATÓRIOS.....		221
5.1	Definições e regime geral.....	221
5.2	Atualização monetária e incidência de juros no pagamento de precatórios: debates e evolução.....	227
5.3	Disciplina atual dos precatórios: Emendas Constitucionais 114/2021, 113/2021, 99/2017, 94/2016 e 62/2009.....	233
5.3.1	Arguições de inconstitucionalidade da EC 62/2009.....	234
5.3.2	Regime vigente de pagamento dos precatórios.....	237
5.3.3	Esquema – Art. 100, CR. Regra geral dos precatórios.....	242
5.4	O regime especial criado pelos artigos 101 e seguintes do ADCT: a EC 94/2016 e as modificações da ec 99/2017 e da EC 109/2021.....	243
5.4.1	Esquema – Arts. 101 a 105, ADCT. Regime especial de pagamento para Estados, Distrito Federal e Municípios (EC 94/2016 e EC 99/2017).....	248
5.5	O regime especial criado pelo artigo 97 do ADCT: EC 62/2009.....	248
5.5.1	Pagamento via leilão.....	252
5.5.2	Pagamento em ordem crescente de valor.....	253
5.5.3	Pagamento via acordo direto.....	253
5.5.4	A não liberação de recursos depositados: sequestro, compensação e sanções.....	253
5.5.5	Esquema – Art. 97, ADCT. Regime especial de pagamento para Estados, Municípios e Distrito Federal.....	254

5.6	Regimes especiais de pagamento anteriores à EC 62/2009.....	255
5.6.1	Artigo 33 do ADCT: parcelamento em oito anos.....	255
5.6.1.1	Esquema – Art. 33, ADCT.....	257
5.6.2	Artigo 78 do ADCT: parcelamento em dez anos.....	257
5.6.2.1	Esquema – Art. 78, ADCT (EC 30/2000)	259
5.6.3	Artigos 86 e 87 do ADCT: exceção ao parcelamento em dez anos.....	260
5.6.3.1	Esquema – Arts. 86 e 87, ADCT (EC 37/2002)...	260
5.7	Os precatórios no direito tributário: compensação e garantia em execução fiscal	261
5.7.1	Compensação de tributos com precatórios.....	261
5.7.2	Precatórios como garantia em processo de execução fiscal.	263
5.8	Requisições de pequeno valor.....	264
5.8.1	Esquema – Lei 12.431/2011. Compensação de precatórios com tributos federais	266
CAPÍTULO 6 – CONTROLE DA ATIVIDADE FINANCEIRA		269
6.1	Controle das contas públicas na Constituição: artigos 70 a 75	269
6.1.1	Esquema – Controle das contas públicas.....	274
6.2	Controle interno	275
6.3	Controle externo: o Poder Legislativo	276
6.4	O controle externo pelas mãos do Tribunal de Contas: características gerais	278
6.5	Ainda o controle externo: as atribuições constitucionais do Tribunal de Contas da União	280
6.5.1	Esquema – Competência do TCU. Art. 71 e incisos, CR	287
6.6	Os Tribunais de Contas na LRF	288
6.7	Controle social.....	288
BIBLIOGRAFIA		291